



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 03

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

23 de Junho de 2012



Assembleia Municipal

ACTA N.º3

-----Ao vigésimo terceiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Luís Filipe Soares Quaresma, secretariado pelos Senhores Deputados Isabel Maria de Jesus Carvalho e Mário Pereira Gonçalves na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. -----

----- Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: -----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Luis Filipe Soares Quaresma, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Mário Pereira Gonçalves, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Paulo Emanuel de Paiva Soares, António Serra Correia, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Carla Maria Travassos Rodrigues, Sandra Margarida Pedroso Dias, Maria José das Neves Fernandes Silva e Érica Geraldês Castanheira. -----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes. -----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino de Jesus Silva Pedroso, Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. -----

-----O **2º Secretário** deu conhecimento das justificações de falta dos Senhores Deputados João António Alvoeiro Duarte, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, António Jorge Martins Barata, Rui



Assembleia Municipal

Martins Portugal, Maria Armanda de Paiva Ventura Gomes Miranda e Fernando Ferreira Simões, fazendo estas, parte integrante desta ata, foram também justificadas as faltas do Senhor Presidente da Assembleia Municipal José Eugénio Dias Ferreira e Mário Cardoso Simões do Vale. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** dizendo que como não havia expediente de grande relevo que justificasse a sua leitura passaria ao ponto seguinte.-----

2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº2 realizada no dia 21 de Abril de 2012. -----

-----A acta foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com duas abstenções, abstenções essas de elementos que não estiveram presentes nessa Assembleia Municipal.-----

-----3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis**, que depois de cumprimentar todos os presentes referiu que era com agrado que falava da CIMPIN, destacando a Central de Compras, Central de Compras que adquiriu material de escritório, nomeadamente, a preços motivadores, falando a imprensa numa redução na casa dos 20%, parecendo-lhe um bom caminho, possibilitando que estas compras aconteçam com outros materiais, com outro volume e no fundo proporcionarem a todos melhorias do ponto de vista económico.-----

-----De seguida falou sobre uma iniciativa que muito lhe agradava, os "Encontros de História sobre o concelho de Arganil" sendo uma iniciativa de cultura cultivada, até porque as iniciativas culturais que se têm realizado têm tido um carácter popular com os nossos ranchos, etc., que também lhe agradam mas pela novidade registava estes Encontros Sobre a História do concelho. Referiu que tinha assistido a intervenções de grande qualidade, evocando o Professor José Matoso, aquando da inauguração da Junta de Freguesia de Coja, que dizia que os Arganilenses não sabiam preservar a nossa memória falando até de alguns monumentos em Coja como, o Castelo, a Casa da Câmara, etc., do qual não ficaram registos, fazendo um apelo no sentido de invertermos esse comportamento e passarmos a fixar as nossas memórias, isto tudo para dizer à Câmara que tinha presente que dos encontros há a promessa de lhe dar um aproveitamento digno desse registo e o apelo que fazia ia nesse sentido de que se fizesse esse aproveitamento. Disse por fim que esse património não seria de "A" nem de "B", mas fundamentalmente, de todos e que esse contributo sério seja dignamente aproveitado.-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** que após cumprimentos todos os elementos presentes referiu que gostaria de dar nota, que à semelhança do que terá acontecido com os outros grupos, o Senhor Presidente da Câmara fez a entrega do documento relativo às questões que na última Assembleia Municipal tinha levantado, documentos relativos ao empreendimento da Antiga Cerâmica. Agradeceu a disponibilidade e que não havendo tempo para nesse dia fazer uma apreciação do documento, que a faria na próxima Assembleia Municipal e depois teria ocasião de levantar algumas questões se fosse caso disso. Por fim questionou o Senhor Presidente da Câmara de qual a data previsível para a abertura do empreendimento. -----

-----A **Senhora Deputada Carla Rodrigues** cumprimentou os presentes e referiu que gostaria de falar sobre uma iniciativa organizada pelo Município em colaboração com o Agrupamento de Escolas de Arganil, a IV Feira Medieval, que decorreu no passado dia 18 de Maio, subordinada ao tema "Entre os Atoleiros e Aljubarrota". Este ano, a organização decidiu que a Feira fosse realizada no centro da Vila e não junto à Capela de São Pedro, como era habitual, para que houvesse um maior envolvimento da comunidade local, porque no local onde se realizava ficava um pouco restrita à comunidade educativa. Na sua opinião foi um objectivo cumprido pela adesão dos comerciantes, pela forma como se vestiram, como aderiram de forma criativa ao concurso de montras, este promovido pela Câmara. Mais uma vez, este evento teve como animadores profissionais, o grupo Vivarte, também este assegurado pela Câmara, enriquecido por todo o trabalho desenvolvido pelos alunos do Agrupamento de Escolas, desde o Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, as crianças da Casa da Criança, da APPACDM e a Escola de Fronteira, bem como Professores, Educadores, Auxiliares, e a Associação de Pais que deram um grande contributo na preparação do guarda-roupa e na recriação de todo o quadro medieval, tentando recriar o ambiente da época, com os vendedores das ervas medicinais, aromáticas, do sal, as tavernas, figuras medievais emblemáticas como as bruxas, alquimistas, jograis, acrobacias e inclusivamente um casamento medieval. Referiu que na sua opinião foi das melhores feiras medievais promovidas no concelho até pelo dinamismo e alegria que deu ao centro da Vila, tendo sido uma actividade que envolveu muito trabalho da parte de todos e que tornou o evento com uma dimensão e uma qualidade bastante elevada e por isso deixou um desafio ao Executivo que seria alargar para mais um dia, um sábado, para que outros comerciantes, outras instituições, colectividades, também pudessem participar e atrair mais visitantes, quer do nosso concelho, quer de concelhos vizinhos. -----

-----Manifestou também a sua satisfação pelo facto do problema dos esgotos do Sarzedo estar a ser já resolvido, a Feira Medieval e outros eventos desta natureza são muito importantes mas a problemática dos esgotos, dos resíduos são problemas mais pertinentes e que é necessário resolver,



Assembleia Municipal

bem como a situação da ETAR da Relvinha já abordada por vários Deputados, porque o problema não está só no mau cheiro, está na contaminação das águas, quer das superficiais, quer das subterrâneas e isso reflete-se no Sarzedo, e é sem dúvida um problema de saúde pública que é necessário resolver. Salientou que pelo relatório de actividades do Município de Arganil, percebeu que estão a dar continuidade a esse trabalho e é importante que esse problema seja resolvido o mais breve possível.--

-----Usou da palavra o **Senhor Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** que depois de cumprimentar todos os presentes informou que a sua intervenção estava relacionada com a VII Feira das Freguesias que foi mais um grande sucesso, um evento já profundamente enraizado nos costumes do concelho de Arganil, onde se promove a gastronomia e outros produtos locais que dão origem a essa gastronomia, bem como a cultura, com um princípio extraordinário de se usar a chamada "prata da casa", ou seja, o concelho de Arganil é tão rico em grupos culturais que não precisa de ir fora do seu concelho para apresentar os valores étnicos e culturais. Um evento que envolve todo o concelho num convívio, num espírito fraterno de troca de impressões e de amizades, que une o concelho em torno da sua sede, Arganil, promove os tais produtos que entretanto já se estão a tornar casos sérios da gastronomia local, como são os coscoréis, a serradura, o arroz doce, a tigelada, a chanfana, o cabrito assado no forno e o bucho de Arganil que está tão bem representado pela Confraria. Por fim, referiu que gostaria de dar os parabéns à Câmara Municipal de Arganil e a todas as 18 Freguesias que se envolveram e se empenharam tanto em mais esse tão grande sucesso que promove o concelho de Arganil, as suas gentes e a sua capacidade de trabalho. -----

-----A **Senhora Etelvina Santos, Presidente da Junta de freguesia de Cepos** depois de cumprimentar os presentes referiu que a sua intervenção tinha a ver com uma preocupação que tem a Freguesia dos Cepos, mais propriamente a aldeia dos Cepos, que desde Março está sem médico de família, salientou que da parte do Senhor Doutor Manuel Augusto e do Senhor Doutor Teixeira tem havido preocupação e que o Senhor Doutor Teixeira disponibilizou-se para atender oito pessoas por mês, mas isso é absolutamente insuficiente uma vez que eram atendidas dez pessoas por semana na Aldeia de Cepos. Informou que foram feitas várias exposições, entre elas uma à ARS de Coimbra, da qual deram conhecimento à Câmara Municipal de Arganil, e por isso gostaria de saber se houve, por parte da Câmara Municipal, também algum empenhamento para ajudar a resolver esse problema tão grave, porque numa altura em que todos se preocupam com que os reformados regressem às suas aldeias, para não deixar que elas se desertifiquem, deparam-se com um grande problema que é a assistência médica e para resolver um problema destes não basta só a boa vontade do Senhor Doutor Manuel Augusto e do Senhor Doutor Teixeira e, por isso, pedia o apoio da Câmara para resolver esse



Assembleia Municipal

problema. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Manuel Augusto** que após cumprimentar os presentes referiu que não tinha pedido para intervir mas em função da intervenção da Senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Cepos, resolveu dar um contributo no sentido da questão que colocou. Informou que nos últimos dois meses e meio estava a ir aos Cepos com o pagamento de horas extraordinárias, a partir de determinada altura, esse pagamento foi cortado por parte da ARS, que inclusivamente no último mês lhe descontaram do vencimento, houveram várias reuniões na tentativa de resolver o problema e a ARS resolveu que não haveria recurso a pagamento, em função disso fez uma exposição ao Director Executivo do ACES e ao Doutor Teixeira, no sentido de explicar quais os motivos porque não estava a fazer as consultas, sendo que naquela semana tinha recebido um ofício dizendo que os utentes teriam de vir a Arganil às consultas. No entanto nesse mesmo ofício do Conselho Clínico do ACES dizia que se deveria dar continuidade na prestação dos cuidados. Finalmente referiu que se insistirem com essa situação continuará a dar as consultas dentro do horário mas, tanto quanto se tinha apercebido as extensões dos Cepos e Torrozelas seriam fechadas e as pessoas transportadas para o Centro de Saúde de Arganil. -----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que depois de cumprimentar todos os presentes referiu que começaria por agradecer as palavras relativamente à Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, proferidas pelo Senhor Deputado Eugénio Fróis, entidade à qual tinha muita honra em ser Vice-Presidente e que de facto o projecto da Central de Compras permite uma poupança global na ordem dos 20%, alguns concelhos conseguem uma poupança maior outros menor, a título de curiosidade, em Arganil a poupança é na ordem dos 13% o que também já é uma percentagem significativa face a esta aquisição do papel através da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte, um projecto na qual estão bastante envolvidos e que se traduzirá no futuro numa poupança efectiva para os Municípios, o que nos tempos que correm é extremamente importante o rigor e a boa gestão. -----

-----Agradeceu também as palavras sobre os "Encontros de História do concelho", que têm ocorrido na Biblioteca Municipal Miguel Torga e na Biblioteca Municipal Alberto Martins de Carvalho e que é intenção da Câmara, desde o início, que as apresentações que foram feitas e que estão a ser feitas no âmbito destes encontros, possam depois ser recolhidas e publicadas num trabalho global sobre a história do concelho de Arganil, e reforçou que para se compreender melhor o que somos hoje, teremos que compreender o nosso passado e, estes "Encontros sobre a História do Concelho de Arganil" focalizam-se em temas bastante interessantes sobre o passado e que ajudam a compreender a evolução, a evolução de Arganil e do concelho ao longo dos anos. -----



Assembleia Municipal

-----Sobre a questão colocada pelo Senhor Deputado João Pedro Pimentel disse que está previsto que a obra esteja concluída em Setembro, sendo que a sua abertura oficial poderá acontecer ainda no final do mês de Setembro, início do mês de Outubro, é isso que temos previsto. Sobre o plano de sustentabilidade que foi distribuído também aos Senhores Vereadores, na próxima reunião de Câmara, ter-se-á ocasião de o discutir de uma forma aberta e absolutamente transparente e depois naturalmente, também se fará essa discussão na Assembleia Municipal de Setembro. -----

-----Agradeceu as palavras da Senhora Deputada Carla Rodrigues relativamente à Feira Medieval e sublinhou o grande envolvimento do Agrupamento de Escolas de Arganil que fez um trabalho excepcional à qual com muito gosto a Câmara se associou e sobretudo reforçar o papel e a adesão do comércio local a este evento, de facto foi com a participação, quer no concurso das montras, quer na caracterização das próprias pessoas que trabalham no comércio local. Foi um evento que envolveu a Câmara, a Comunidade Educativa, os Comerciantes, a População e esse desafio que lançou também já foi lançado por muitos comerciantes, no sentido de se poder alargar por mais um dia porque ela se traduziu num movimento crescente e significativo no centro da Vila de Arganil, por isso estavam todos de parabéns pela forma como o evento da Feira Medieval decorreu e a sua transferência para o centro de Arganil revelou-se uma aposta acertada. -----

-----Prestou também o seu agradecimento pelas palavras do Senhor Presidente da Junta de São Martinho da Cortiça, sobre a Feira das Freguesias, que mais uma vez demonstrou um sinal claro da coesão das Freguesias do nosso concelho, da sua capacidade de mostrar aquilo que de melhor tem e é já um evento que é um verdadeiro encontro de todos os Arganilenses. Por isso agradeceu, mais uma vez, o papel activo e empenhado das Freguesias, das Associações Culturais do concelho, sejam Filarmónicas, Ranchos, Tunas ou outros Grupos que participaram na Feira das Freguesias e que a tornaram mais um grande sucesso. -----

-----Também uma palavra de apreço para a Casa da Comarca de Arganil, co-organizador, desde o primeiro ano, e também naturalmente, para a ADIBER que financiou de forma significativa o evento. --

-----Finalmente, relativamente à questão que foi colocada pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Cepos, referiu que a questão já tinha sido colocada à Câmara Municipal, foram feitas diligências junto da Administração Regional de Saúde e a Câmara em coerência com aquilo que sempre defendeu, não é favorável ao encerramento de extensões de saúde, e pelo que a Câmara foi percebendo, poderão existir soluções no quadro daquilo que é a organização dos serviços de saúde em Arganil que permitam que continue a existir um apoio médico nos Cepos e nas Torrozelas como existia até hoje, para isso é necessário existirem alterações internas que potenciem essa solução, considerando que é mais viável a deslocação de um médico a Torrozelas e aos Cepos do que a



Assembleia Municipal

deslocação de cento e tal utentes ao Centro de Saúde de Arganil. Informou também que têm defendido junto da Administração Regional de Saúde que é a entidade responsável pela resolução do assunto, a Câmara interessou-se pelo problema, tem conversado com a ARS sobre esta matéria e espera que possa haver uma solução, no entanto, voltou a referir que lhes parecia que seria um problema de resolução interna que teria de ser resolvido o mais rapidamente possível porque está a ser já altamente penalizadora para a Freguesia de Cepos e também para a população das Torrozelas na Freguesia de Arganil.-----

ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento da Sala de Exposições Temporárias Guilherme Filipe, nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Não havendo inscrições para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o Projecto de Regulamento da Sala de Exposições Temporárias Guilherme Filipe a votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

2 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Arganil, nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o Projecto de Regulamento do Arquivo Municipal de Arganil a votação. Foi este aprovado por unanimidade. -----

3 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento Geral e Tabela de Taxas, Licenças e Outras receitas do Município de Arganil, nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redacção conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o Projecto de Regulamento Geral e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas do Município de Arganil a votação. Sendo aprovado por unanimidade.-----



Assembleia Municipal

4 – Apreciação do Relatório de Execução Anual do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas da Câmara Municipal de Arganil. -----

-----Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

5 – Apreciação e votação da proposta de “Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos”.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** que após cumprimentar os presentes referiu que a sua intervenção ia só no sentido de o Senhor Presidente da Câmara dar uma explicação concreta sobre esta matéria, já que de alguma forma ela lhes era um pouco alheia e daí os esclarecimentos que possa vir a prestar sejam particularmente úteis para conhecer melhor esta Lei dos Compromissos.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para dizer que aquilo que se propõe é o seguinte, a Lei dos Compromissos é uma Lei recente da qual saiu a regulamentação na quinta-feira, que é altamente restritiva e condiciona o que é a actividade normal dos Municípios, uma das normas que consta da Lei tem a ver com a questão dos compromissos plurianuais, até ao momento só seria necessário submeter à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a extensão de um determinado compromisso para o ano seguinte, se o valor envolvido fosse superior a 100.000,00€, acontece que, neste momento, com a Lei dos Compromissos qualquer valor que transite para o ano seguinte é susceptível de ter uma autorização da Assembleia Municipal, nem que seja 1,00€, e portanto aquilo que a Câmara propõe é que a Assembleia Municipal dê uma autorização prévia genérica, naturalmente com o compromisso de que sempre, em que situações destas possam acorrer, se trará para conhecimento da Assembleia Municipal de forma a agilizar e simplificar aquilo que é a gestão autárquica, ou seja, a Assembleia mantém, naturalmente, a sua competência a partir dos 10.000,00€ e previamente dá autorização à Câmara Municipal no sentido de poder assumir compromissos plurianuais até esse limite e naturalmente sujeito à apreciação da Assembleia Municipal, de referir que todas estas despesas têm de estar incluídas nas Grandes Opções do Plano ou no Plano Plurianual de Investimentos e portanto não haverá nunca, nenhuma novidade relativamente àquilo que são a execução dos investimentos e à execução da despesa que está prevista nos Instrumentos Plurianuais. -----

-----De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----



Assembleia Municipal

6 – Apreciação e votação das fórmulas de cálculo das tarifas variáveis aos serviços de saneamento e de recolha de resíduos urbanos junto das Entidades que gerem os Serviços de Água. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Junta de Coja** para dizer, que ainda relativamente ao ponto nº3, apesar de já ter sido votado, gostaria de fazer uma pergunta, nas diferenciações de taxas, as Freguesias são classificadas por "A", "B", "C" ou "D", por isso gostaria de saber porque razão Coja tem as taxas mais altas que outras freguesias. -----

-----Teve a palavra o Senhor Presidente de Câmara dizendo que sobre as questões que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja colocou, dizer que tem a ver com o artigo 40.º, sobre as zonas geográficas para efeitos de compensação e para efeitos da aplicação de taxas, são considerados os índices de zonamento definidos para efeitos do IMI no concelho de Arganil e portanto é essa a razão pela qual aparece esta diferenciação e que tem a ver especificamente só com este caso de efeitos de compensação. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que relativamente a esta matéria, que com a correria do dia-a-dia não se tinha dado conta dos aumentos e que só depois de ter sido confrontado por três pessoas que apontavam a exorbitância da taxa variável é que se tinha apercebido desse valor alto, foi procurar a factura da água e constatóu que, de facto, comparativamente com o valor global pago esta taxa variável tem um valor considerável, referiu também que eventualmente já teria avalizado estas opções na Assembleia mas, a taxa tem um valor extremamente alto e num momento de grandes dificuldades que todos atravessamos, o que proponha é que isto fosse reapreciado e que o valor da taxa variável na água não fosse tão elevada. -----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Junta de Coja** para dizer que o Senhor Presidente da Câmara já referiu que o caso da Freguesia de Coja e outras estão classificadas consoante o IMI, se a classificação de Arganil é a mais elevada, vem a seguir a de Coja e depois vêm as outras freguesias é porque efectivamente nestas terras há qualquer coisa que obriga a que as pessoas paguem mais, no entanto já por diversas vezes fez o apelo para a necessidade que há de olhar para a freguesia de Coja, para que continue a haver evolução. -----

-----Sobre a questão da votação informou que se iria abster porque a análise destas propostas, é uma análise que requer muito cuidado e como independente não tem atrás nenhum apoio que seja capaz de estar a analisar e a fazer simulações, deixando essa análise e votação da proposta para os partidos que estão devidamente formados e que têm condições para fazer uma análise profunda e para discutir nesta Assembleia. -----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que gostaria de recordar, até para situar a discussão, de que no ponto seis se vai apreciar e votar as fórmulas de cálculo das tarifas variáveis referentes aos serviços de saneamento e de recolha de resíduos urbanos junto das Entidades que gerem os Serviços de Água, como todos sabem, no concelho, não é a Câmara a única entidade que gere sistemas de abastecimento de água, há outras entidades, nomeadamente, quatro Juntas de Freguesia e algumas Comissões de Melhoramentos e uma vez que foi alterado o regulamento relativo à questão da água, do saneamento e dos resíduos sólidos e uma vez que as novas taxas têm uma componente variável que depende do consumo, é necessário que estas entidades forneçam os dados à Câmara Municipal, para a Câmara Municipal depois poder aplicar as respectivas fórmulas relativas ao saneamento e aos resíduos sólidos urbanos. Acontece que, algumas destas entidades não têm entregue esses dados, umas por manifestamente não estarem disponíveis para o fazer, outras porque também não têm esses dados, recorde que ainda há situações no concelho em que não há contadores instalados porque essas entidades gerem os sistemas e não instalaram contadores e as pessoas pagam, eventualmente, uma quota anual, nesse sentido, aquilo que se fez foi uma média dos consumos dos sistemas geridos pela Câmara Municipal que se situou nos 6m³ e portanto até existir informação real fornecida por essas entidades, algumas já forneceram outras não, se não for fornecida essa informação aplicar-se-á essa regra do valor médio do consumo de água de 6m³ o que no saneamento dará 90% desse valor, está-se a falar na ordem dos 5m³, é isto que se está a votar no ponto seis, não mais do que isto, portanto as fórmulas de cálculo das tarifas variáveis relativamente aos serviços de saneamento e recolha de resíduos sólidos urbanos junto das entidades que gerem os serviços de água que não a Câmara Municipal, que os Municípes já estão a pagar.-----

-----Respondendo às duas questões que foram colocadas, dizer ao Senhor Presidente da Junta de Coja o seguinte, esta diferenciação tem a ver apenas com operações urbanísticas em que existe compensação, que envolvem compensações em numerário ou em espécie, parece lógico que a cedência de 100m², por exemplo, em Coja ou no Piódão tenha um valor completamente diferente, assim como, a cedência de 100m² em Arganil ou na Teixeira também tenha um valor completamente diferente, e portanto aquilo que se procurou encontrar foi um critério com base em dados já existentes e neste caso olhou-se para a questão do IMI e para a questão do zonamento. Dizer também o seguinte, esta diferenciação só tem implicação nesta matéria da compensação, não tem implicação em mais nenhuma taxa que está aqui colocada no conjunto das taxas do Município. -----

-----Recordar o Senhor Deputado Eugénio Fróis que as alterações ao regulamento, quer da água, quer do saneamento, quer dos resíduos sólidos urbanos foram aprovados nesta Assembleia Municipal por unanimidade, inclusivamente pelo Senhor Deputado Municipal, e foi bastas vezes referido que



Assembleia Municipal

estas alterações têm a ver com as recomendações da ERSAR, Entidade Reguladora do Sector de Águas e Resíduos, aliás, na altura em que era quadro da ERSAR e depois mais tarde veio a ser Ministra do Ambiente, a Eng.^a Dulce Pássaro, de que os sistemas teriam de ser sustentáveis, ou seja, a receita gerada pelo tratamento do saneamento e pela recolha de resíduos sólidos urbanos devia ser, no mínimo, igual à despesa gerada por estes sistemas, esta situação foi ainda reforçada pelo relatório da Inspeção Geral da Administração Local que foi produzido depois na inspeção feita ao Município de Arganil e portanto, partindo das recomendações da ERSAR, do relatório da Inspeção Geral da Administração Local de que se deu nota também nesta Assembleia, foi necessário fazer estas alterações, recordar também que depois destas alterações o Município de Arganil continua a ser a par do Município de Penela, os concelhos com o preço da água mais baixo do distrito de Coimbra. Saliou que compreendiam bem que há um aumento significativo e que aceitam isso, por isso, foi criado um instrumento no regulamento que permite às famílias, com menores posses, poderem ter condições mais vantajosas em termos do preço da água e portanto as famílias que necessitem e que assim o entendem podem recorrer a esse instrumento, que a Câmara Municipal fará a sua avaliação muito rapidamente, no fundo, a actualização do preço da água, do saneamento e dos resíduos sólidos tem a ver com o cumprimento de um objectivo ao qual estamos obrigados, quer pelas recomendações da ERSAR, quer pelo relatório da IGAL. -----

-----Finalmente dizer que, os preços que temos hoje em curso são significativamente inferiores aos 2,50€ por metro cúbico que as Águas de Portugal têm vindo a propor e portanto julgamos que apesar de reconhecermos o esforço financeiro que é exigido aos Municípios, estamos a defender os seus interesses não avançando para os valores que as Águas de Portugal têm vindo a propor, esses sim valores verdadeiramente penalizadores e verdadeiramente danosos para aquilo que são as possibilidades das populações. -----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que compreendia o Senhor Presidente da Câmara, a forma como está em relação ao critério seguido, não discutindo o critério nem discordando com ele. No entanto, que provavelmente o Senhor Presidente não tinha compreendido, mas que quando é dos contratos programa e muito principalmente na transferência de serviços da Câmara para as Juntas, que para além dos coeficientes que são definidos para estipular as quantias a dar a cada um, deveria haver também um outro elemento que era parecido com este em que na Freguesia que têm mais exigências, em que as pessoas se tornam, por uma questão própria da Freguesia, mais exigentes devia haver uma compensação nesse sentido, consoante essa classificação, porque essa classificação existe pela necessidade ou influência que tem os valores dentro de uma terra.- -----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que como já tinha referido, era um assunto que de facto tinha a noção de que não se tinha preparado bem, e que na correria do dia-a-dia se pagam as contas e muitas das vezes não se presta atenção à factura, que só depois de se ver confrontado com a objecção por parte de algumas pessoas é que foi analisar a mesma. Referiu que era sensível à ideia de que a água é um bem precioso e que tem de haver regras e custos, porque quando as coisas são graciosas ou perto disso, todos têm tendência a esbanjar, mas também todos sabem que em Arganil, nomeadamente Arganil concelho, e se olharmos para a lista que nos foi facultada, tem um conjunto enorme de Associações, Comissões e outras coisas afim, que fazem a gestão e o que estou a querer dizer com isto, que temos que viver e ter uma perspectiva de igualdade em termos de Município e todos sabemos que estes critérios a que o Senhor Presidente se referiu não são observados por um conjunto significativo de arganilenses, portanto temos de levar tudo em linha de conta e procurar, no fundo, uma situação de algum equilíbrio que me parece que deve existir e a razão era essa, penitenciando-me naturalmente por essa falta de estudo que evidenciei ao princípio. --

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** respondendo ao Senhor Deputado Eugénio Fróis que, naturalmente que o aumento do preço da água, do saneamento ou da recolha dos resíduos urbanos não deixa ninguém satisfeito, nem a Câmara nem seguramente nenhum dos Membros desta Assembleia Municipal agora, pelas razões que atrás referi era inevitável sob pena de não cumprirmos aquilo que eram as recomendações da ERSAR e aquilo que eram as conclusões do relatório do IGAL, queria dizer que antes desta alteração, dos 308 Municípios do país, Arganil só tinha 5 Municípios com o preço mais baixo, portanto não estávamos minimamente a cumprir aquilo que eram as recomendações, e mesmo assim terá que haver uma convergência nos próximos 5 anos relativamente ao preço da água, já não aumentará muito para além daquilo que aumentou, mas de qualquer forma teremos sempre de ter este equilíbrio entre receita e despesa. -----

-----Sobre o Senhor Presidente da Junta de Coja, na sua intervenção derivou para a questão dos contratos programa, queria dizer o seguinte, o Senhor Presidente da Junta provavelmente será aquele que terá menos razões de queixa no quadro dos últimos contratos programa, uma vez que aquele que assume um maior valor é precisamente o que é celebrado com a Junta de Freguesia de Coja, em segundo lugar, dizer também, que neste processo temos que ter muita atenção àquilo que é a questão da coesão territorial, o nosso concelho só se afirma, só se desenvolve se o fizermos de forma harmoniosa procurando levar investimento, qualificação, melhoria da qualidade de vida a todas as suas freguesias e nesse especto o trabalho que temos desenvolvido com cada uma das Juntas de Freguesia, a cooperação e a articulação que tem existido tem potenciado o surgimento de um conjunto de obras que há muito eram ansiadas pelas populações e, isso só é possível através desta



Assembleia Municipal

forma de relacionamento que temos mantido ao nível dos contratos programa que são para a realização de pequenas obras e que são periodizadas pelas Freguesias em perfeita articulação com a Câmara Municipal, volto a referir que a matéria da coesão territorial não pode ser só defendida do interior para o país, quando se trata de nós gerirmos os dinheiros públicos temos que o fazer seguindo e praticando aquilo que defendemos que aconteça ao nível nacional e que aconteça também ao nível local. - -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o assunto a votação sendo aprovado por maioria, com uma abstenção. -----

7 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo-se ao recentemente criado Programa de Apoio à Economia Local, cujo nome é uma falácia porque verdadeiramente quando pensamos num programa de apoio à economia local, pensamos que todos os Municípios poderão aceder a este programa e a verdade é que só poderão aceder a este programa os Municípios que tiverem dívida superior a 90 dias para pagamento dessas dívidas e portanto o que eu queria referir é que no nosso caso estamos impedidos de poder aceder ao Programa de Apoio à Economia Local porque o Município de Arganil não tem dívidas superiores a 90 dias, os últimos dados publicados pela DGAL referem-se ao último trimestre de 2011 e o nosso prazo médio de pagamento foi de 22 dias, portanto queria dar nota pública de que ainda bem que não temos que recorrer a este programa, significa que não temos dívidas com mais de 90 dias mas, também me demarcar completamente do nome do programa porque, de facto, parece até que estão em falta os Municípios que não podem aceder, o que naturalmente não é verdade. -----

Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a forma competente como a Assembleia decorreu. -----

-----Sendo onze horas e trinta minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

ANEXOS